

APA, autarquia de Vila Real de Santo António e concessionários reagendam demolições na Praia de Monte Gordo

1 de Fevereiro, 2017

A Agência Portuguesa do Ambiente, o município de Vila Real de Santo António, a Capitania do Porto de VRSA e os concessionários da praia de Monte Gordo assinaram, ontem, um memorando de entendimento no sentido de adiar a demolição e construção dos novos apoios de praia para o mês de outubro de 2017.

Apesar desta situação, a implementação do passadiço pedonal sobrelevado ao longo da praia de Monte Gordo vai já avançar no início da próxima semana e ficará concluído até ao mês de maio. Será iluminado em toda a extensão, terá zonas de descanso e criará um circuito pedonal e de lazer. A estrutura terá dois quilómetros de extensão, está orçamentada em um milhão de euros e será o “primeiro passo da grande operação que renovará o rosto de Monte Gordo”, avança em comunicado a autarquia de Vila Real de Santo António.

O novo passadiço irá igualmente garantir o acesso a todos os apoios de praia existentes, que poderão assim funcionar normalmente até ao dia 15 de outubro. Após essa data, os concessionários terão até ao dia 8 de fevereiro de 2018 para demolir as antigas estruturas e proceder à construção das novas.

Segundo Conceição Cabrita, vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, “a decisão foi tomada por mútuo acordo entre todas as partes e permite simultaneamente preservar a atividade económica da praia de Monte Gordo, ouvindo as preocupações dos concessionários, e iniciar desde já a primeira fase da obra de reabilitação”. “Significa isto que, no próximo verão, teremos já uma praia com mais qualidade e novos acessos, através de uma operação que se irá desenvolver em duas fases”, adianta.

A autarquia de Vila Real de Santo António avança ainda que, o financiamento para a construção do passadiço foi conseguido com fundos comunitários na ordem dos 85% a 90%, que inicialmente iria ser suportado pelos proprietários dos bares e restaurantes que teriam de pagar o passadiço, de acordo com a legislação em vigor. “Ao encontrarmos este financiamento e ao suportarmos os projetos de arquitetura, vamos fazer com que cada concessionário possa poupar cerca de 70 mil euros, valor que poderá ser aplicado na construção dos novos apoios de praia”, nota Conceição Cabrita.

Todos os empresários que detinham atividade na praia e possuíam a sua situação regularizada perante a APA não necessitaram de submeter-se a concurso, pondo-se igualmente fim ao sistema de licenças precárias que vigorava até ao momento.